



MINISTÉRIO DA FAZENDA
 Conselho Administrativo de Recursos Fiscais



PROCESSO 10120.739741/2018-17

ACÓRDÃO 3101-004.293 – 3^a SEÇÃO/1^a CÂMARA/1^a TURMA ORDINÁRIA
SESSÃO DE 12 de novembro de 2025
RECURSO VOLUNTÁRIO
RECORRENTE MUNICIPIO DE TRINDADE
INTERESSADO FAZENDA NACIONAL

Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep

Período de apuração: 01/01/2014 a 31/12/2016

CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP. PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PÚBLICO INTERNO. BASE DE CÁLCULO E ALÍQUOTA.

A Contribuição para o PASEP, devida pelas pessoas jurídicas de direito público interno, é calculada mediante aplicação da alíquota de 1% (um por cento) sobre o valor mensal das receitas correntes arrecadadas e das transferências correntes e de capital recebidas.

MULTA DE OFÍCIO. CARÁTER CONFISCATÓRIO.

A aplicação da multa de ofício decorre de dispositivo legal vigente, sendo defeso ao órgão de julgamento administrativo analisar a sua constitucionalidade, matéria da competência exclusiva do Poder Judiciário.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso.

Assinado Digitalmente

Renan Gomes Rego – Relator

Assinado Digitalmente

Gilson Macedo Rosenburg Filho – Presidente

Participaram do presente julgamento os conselheiros Renan Gomes Rego, Laura Baptista Borges, Ramon Silva Cunha, Denise Madalena Green (substituto[a]), Matheus Schwertner Ziccarelli Rodrigues, Gilson Macedo Rosenburg Filho (Presidente). Ausente(s) o conselheiro(a) Luciana Ferreira Braga, substituído(a) pelo(a) conselheiro(a) Denise Madalena Green.

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso Voluntário interposto contra o Acórdão nº 101-027.866, proferido pela 13^a Turma da DRJ01 na sessão de 9 de julho de 2024, que julgou improcedente a impugnação, mantendo o crédito tributário exigido.

O presente processo versa sobre auto de infração lavrado para cobrança de PASEP, com acréscimo de multa de ofício de 75%, sob fundamento de que a Recorrente deixou de declarar ou recolher o valor integral da contribuição destinada ao PASEP incidente sobre as receitas correntes arrecadadas e as transferências correntes e de capital recebidas, relativas ao período de 01/2014 a 12/2016.

Consta Manifestação de Inconformidade, de folhas 81 a 128.

Sobreveio decisão de primeira instância, ratificando o lançamento, nos termos do Acórdão de folhas 136 a 146.

Em Recurso Voluntário, alega-se a dedução das transferências efetuadas para o Fundo da Autarquia Municipal TRINDADEPREV (Instituto de Previdência Municipal), conforme artigo 7º, “segunda parte”, da Lei 9.715/98, a inadequação da multa aplicada pela inobservância dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade e caráter confiscatório e a aplicação da equidade como meio de integração da norma jurídica tributária.

É o relatório.

VOTO

Conselheiro **Renan Gomes Rego**, Relator

O Recurso Voluntário é tempestivo e reúne os demais requisitos de admissibilidade, de modo que admito seu conhecimento.

Do mérito

A questão posta para resolução encontra-se no espectro da Lei nº 9.715/1998, que é a legislação aplicável à contribuição ao PIS/Pasep dos entes públicos:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre as contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP, de que tratam o art. 239 da

Constituição e as Leis Complementares no 7, de 7 de setembro de 1970, e no 8, de 3 de dezembro de 1970.

Art. 2º A contribuição para o PIS/PASEP será apurada mensalmente:

I - pelas pessoas jurídicas de direito privado e as que lhes são equiparadas pela legislação do imposto de renda, inclusive as empresas públicas e as sociedades de economia mista e suas subsidiárias, com base no faturamento do mês;

III - pelas pessoas jurídicas de direito público interno, com base no valor mensal das receitas correntes arrecadadas e das transferências correntes e de capital recebidas.

Verifica-se que a base de cálculo desta contribuição é dada pelo artigo 7º da referida Lei:

Art. 7º Para os efeitos do inciso III do art. 2º, nas receitas correntes serão incluídas quaisquer receitas tributárias, ainda que arrecadadas, no todo ou em parte, por outra entidade da Administração Pública, e deduzidas as transferências efetuadas a outras entidades públicas.

Após auditoria fiscal, constatou-se que a Recorrente deixou de declarar ou recolher o valor integral da contribuição destinada ao PASEP incidente sobre as receitas correntes arrecadadas e as transferências correntes e de capital recebidas, relativas ao período de 01/2014 a 12/2016.

Todo o trabalho da autoridade fiscal foi consignado no Relatório Fiscal de folhas 3 e 4, com memória de cálculo juntado aos autos.

Por outro lado, a Recorrente, mesmo sem apresentar provas, vem alegando desde o recurso inaugural que o Fisco deveria ter excluído da base de cálculo as transferências efetuadas a outras entidades públicas.

No entanto, já na decisão recorrida é possível perceber que a base de cálculo já foi calculada deduzidas as transferências por meio de convênios, que porventura não integram as bases de cálculo, bem como, as deduções para composição do FUNDEB:

3.1 - As alegações do impugnante ficam prejudicadas, pois a Autoridade Lançadora deduziu as rubricas contestadas, como se afere do item 6, do RELATÓRIO FISCAL – FLS. 03 A 04 e MEMÓRIA DE CÁLCULO – PASEP – FLS. 15 A 23, in verbis:

6- Encontra-se, em anexo, a planilha denominada "MEMÓRIA DE CÁLCULO - PASEP" com resumo das receitas com incidência, deduzidas as transferências por meio de convênios, que porventura não integram as bases de cálculo, bem como, as deduções para composição do FUNDEB. Também constam discriminados a apuração de 1% sobre a base de cálculo, subtraída as contribuições retidas e as recolhidas/declaradas em DCTF.

4 - O momento de o impugnante apresentar as provas é junto com a impugnação, a menos que haja fatos do parágrafo 4º, do artigo 57, do Decreto nº 7.574, de 29 de setembro de 2011, que regulamenta o processo de determinação e exigência de créditos tributários da União, o processo de consulta sobre a aplicação da legislação tributária federal e outros

processos que especifica, sobre matérias administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, in verbis:

E no tocante aos tópicos recursais da inadequação da multa aplicada pela inobservância dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade e caráter confiscatório e da aplicação da equidade como meio de integração da norma jurídica tributária., cumpre consignar que, conforme a Súmula do CARF nº 2, o CARF não é competente para se pronunciar sobre a *inconstitucionalidade de lei tributária*.

Nesse sentido, não cabe à autoridade administrativa afastar a aplicação de Lei cuja inconstitucionalidade não tenha sido expressamente declarada. Cito o artigo 26-A do Decreto nº 70.235/72, abaixo reproduzido:

Decreto nº 70.235/72

Art. 26-A. No âmbito do processo administrativo fiscal, fica vedado aos órgãos de julgamento afastar a aplicação ou deixar de observar tratado, acordo internacional, lei ou decreto, sob fundamento de inconstitucionalidade.

Do dispositivo

Diante do exposto, voto por **negar provimento** ao Recurso voluntário.

É como voto.

Assinado Digitalmente

Renan Gomes Rego